

**ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL**

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia

Despacho n.º 10705/2021

Sumário: Designação do mestre João Manuel Domingos da Silva Rolo para exercer o cargo de secretário-geral do Ministério da Economia e da Transição Digital.

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, prevê que a designação dos titulares dos cargos de direção superior seja efetuada na sequência de procedimento concursal, aplicando-se as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior de Administração Pública aí previstas;

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública realizou procedimento concursal para provimento do cargo de secretário-geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, identificado com o n.º 1084_CReSAP_30_06/20, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 3156/2021, de 19 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 29 de junho de 2021, e publicitado na Bolsa de Emprego Público, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor;

Considerando que, não tendo havido um número suficiente de candidatos para constituir a proposta de designação a apresentar pelo júri ao membro do Governo, foi determinada a reabertura do procedimento concursal n.º 1225_CReSAP_30_06/20 (repetição do PC n.º 1084_CReSAP_30_06/20) por efeito do Aviso (extrato) n.º 12145/2021, de 29 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2021, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 19.º da referida lei;

Considerando que no âmbito desse procedimento e, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, o júri do mencionado procedimento apresentou proposta indicando três candidatos para o cargo de secretário-geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, entre os quais constava o mestre João Manuel Domingos da Silva Rolo;

Considerando que o candidato reúne todas as condições legalmente exigidas e demonstrou ser detentor de competência técnica, aptidão e comprovada experiência profissional no exercício de funções relevantes na área do lugar a prover, bem como de formação académica e profissional adequadas, fatores indispensáveis às atribuições e objetivos do cargo a prover, conforme também se constata pela nota curricular em anexo.

Determina-se, em cumprimento do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e no uso da competência delegada prevista na alínea a) do n.º 9.1, do Despacho n.º 12483/2019, de 31 de dezembro, do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, publicado em DRE, 2.ª série, n.º 251:

1 — Designar, em regime de comissão de serviço, pelo período de cinco anos, renovável por igual período, o mestre João Manuel Domingos da Silva Rolo para exercer o cargo de secretário-geral do Ministério da Economia e da Transição Digital;

2 — A designação ora efetuada fundamenta-se na experiência profissional do designado e na reconhecida aptidão para exercer o respetivo cargo conforme o atesta a sua nota curricular, que, para efeito do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, é publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

3 — Autorizar o designado a exercer, em acumulação com as suas funções dirigentes, atividades de docência em estabelecimentos de ensino superior público e privado, com caráter ocasional e temporário, com respeito pelos limites estabelecidos nos artigos 21.º e 22.º da Lei Geral do Trabalho



em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, e no despacho conjunto n.º 41/ME/90, de 26 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 28 de março de 1990.

4 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

27 de outubro de 2021. — O Secretário de Estado Adjunto e da Economia, *João Jorge Arêde Correia Neves*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: João Manuel Domingos da Silva Rolo.

Data de nascimento: 30 de abril de 1964.

2 — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa), em 2013;

Mestre em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 2008;

Especialização em Gestão (Programa Avançado de Gestão para Executivos), pela Escola de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, em 2000;

Licenciatura no curso de Engenheiro Silvicultor/Florestal (Ramo Industrial), pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1990 (membro efetivo da Ordem dos Engenheiros com o n.º 31848).

3 — Experiência profissional:

Desde 1 de fevereiro de 2021 — Secretário-geral do Ministério da Economia, em regime de substituição;

Desde 1 de março de 2018 — professor auxiliar convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, no Mestrado em Administração Pública (MPA), no 3.º ano da licenciatura em Administração Pública e também na Pós Graduação em Contratação Pública, sendo Vogal, Coorientador e «Discussant» para a obtenção do grau de mestre nas respetivas teses;

Desde 1 de fevereiro de 2015 — Secretário-geral adjunto da Secretaria-Geral da Economia;

Desde janeiro de 2014 — diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia;

Entre outubro de 2012 e dezembro de 2013 — diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego;

Entre dezembro de 2009 e setembro de 2012 — diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

Entre julho de 2007 e novembro de 2009 — diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação;

Entre outubro de 2006 e junho de 2007 — chefe de divisão da Direção de Serviços de Auditoria, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação;

Entre abril de 2004 e outubro de 2006 — chefe de divisão da Direção de Serviços de Auditoria, no Gabinete de Gestão do Ministério da Economia;

Entre abril de 2003 e março de 2004 — técnico superior da Direção-Geral da Empresa, tendo exercido funções na Direção de Serviços de Estudos e Avaliação da Atividade Industrial;



Entre dezembro de 2000 e março de 2003 — técnico superior da Direção-Geral da Indústria, tendo exercido na Direção de Serviços de Modernização Industrial;

Entre outubro de 1992 e novembro de 2000 — técnico superior da Direção-Geral da Indústria, tendo exercido funções na Direção de Serviços das Indústrias dos Produtos Minerais não Metálicos Cortiça, Madeira, Pasta, Papel e Artes Gráficas;

Entre janeiro de 1991 e setembro de 1992 — diretor executivo da Associação Portuguesa de Comércio e Indústria de Madeiras, atual AIMMP — Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal;

Entre dezembro de 1990 e março de 1992 — consultor da Empresa Geral do Fomento/Serviços de Apoio, Gestão e Estudos, S. A. (EGF/SAGE);

Entre outubro de 1989 e dezembro de 1990 — Estação Florestal Nacional, no Departamento de Bioquímica;

Entre fevereiro de 1989 e outubro de 1989 — Instituto Superior Técnico, no Departamento de Termodinâmica Aplicada e Mecânica dos Fluidos.

4 — Outras atividades:

Desde fevereiro de 2021 — conselheiro do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), no Tribunal de Contas, por inerência de função como secretário-geral do Ministério da Economia e da Transição Digital.

Desde agosto de 2013 — representante do Ministério da Economia no GT do Grupo de Ação Financeira do Banco de Portugal, ao combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e de armas de destruição em massa;

Desde janeiro de 2008 — membro do Conselho de Coordenação de Avaliação da Secretaria-Geral;

Desde julho de 2007 — representante da Secretaria-Geral no Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;

Orador/formador em vários seminários, congressos e ações de formação em matérias relacionadas com a administração e gestão pública.

314685352